



**INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO
DO TRABALHO**

Os trabalhadores e o Sistema Público de Emprego em meio à crise pandêmica no Ceará

Fortaleza, julho de 2020

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO (IDT)

Estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) - Organização Social
Decreto Estadual nº 25.019, de 3/7/98.

9

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Fortaleza, julho 2020

Coordenação Responsável:

Coordenação de Planejamento e Negócios

Elaboração:

Erle Cavalcante Mesquita
Júnior Macambira

Colaboração:

Emmanuela Luz Marques
Renato Mendes de Oliveira
Viliberto Cavalcante Porto

Editoração

Ana Clara Braga Meneses

Revisão

Antonio Brandão de Macêdo

Correspondências para:

Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT
Av. da Universidade, 2596 - Benfica
CEP 60.020-180 – Fortaleza/CE
Fone: (85) 2180.6210/2180.6211/2180.6212
Endereço eletrônico: idt@idt.org.br
Site: www.idt.org.br

Presidente

Antônio Gilvan Mendes de Oliveira

Diretora Administrativo-Financeira

Sheila Maria Freire Cunha

Diretor de Promoção do Trabalho e Empreendedorismo

Francisco das Chagas Nascimento Araújo

1. OS TRABALHADORES E O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO EM MEIO À CRISE PANDÊMICA NO CEARÁ

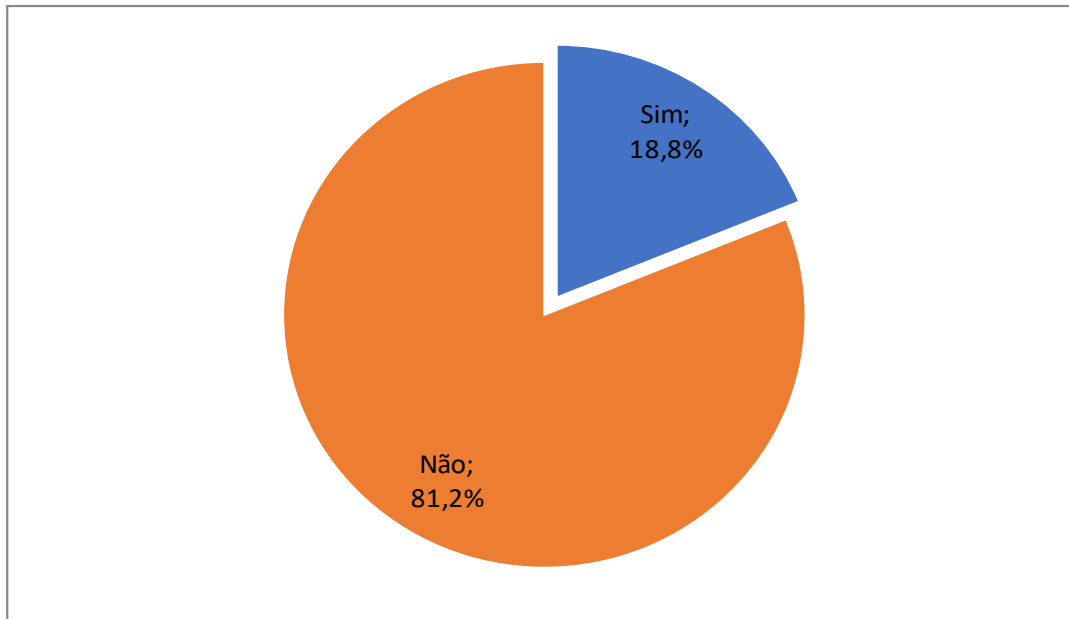
Os efeitos das medidas de isolamento social começam a ser contabilizados, com a divulgação dos mais diferentes indicadores econômicos e sociais. A pandemia da COVID-19 devastou o mundo do trabalho com a paralisação das empresas, que suspenderam, restringiram ou, até mesmo, extinguíram os contratos de trabalho que até mantinham. Trabalhadores por conta própria que não puderam trabalhar ficaram sem renda, e só muito tempo depois em que as ações de isolamento social já estavam em curso é que conseguiram algum auxílio financeiro do governo federal. Essa falta de cooperação e especialmente de coordenação entre os entes federados no combate à pandemia tiveram fortes impactos no cotidiano da população, cujos resultados progressivamente estão vindos à baila para além dos milhares de óbitos, que diariamente são divulgados nos meios de comunicação.

No afã de compreender essa realidade, o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) levantou algumas questões com os trabalhadores que buscaram os serviços desta instituição, que promove as ações do Sistema Público de Emprego (SPE) no Ceará por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET) do governo estadual.

Nesse sentido, a primeira indagação estava relacionada à questão do exercício da atividade laboral nesse momento de isolamento social em que a pesquisa foi a campo, entre os dias 8 e 22 de junho de 2020.¹ Oito em cada dez entrevistados que haviam recorrido aos serviços do IDT/SINE-CE, em 2020, disseram que não estavam trabalhando no período da pesquisa e a principal motivação apontada por eles estava relacionada ao desemprego para além da própria situação do isolamento social (13,6%) ou da suspensão dos contratos de trabalho (2,1%) ocorrida em meio à pandemia (Gráficos 1 e 2).

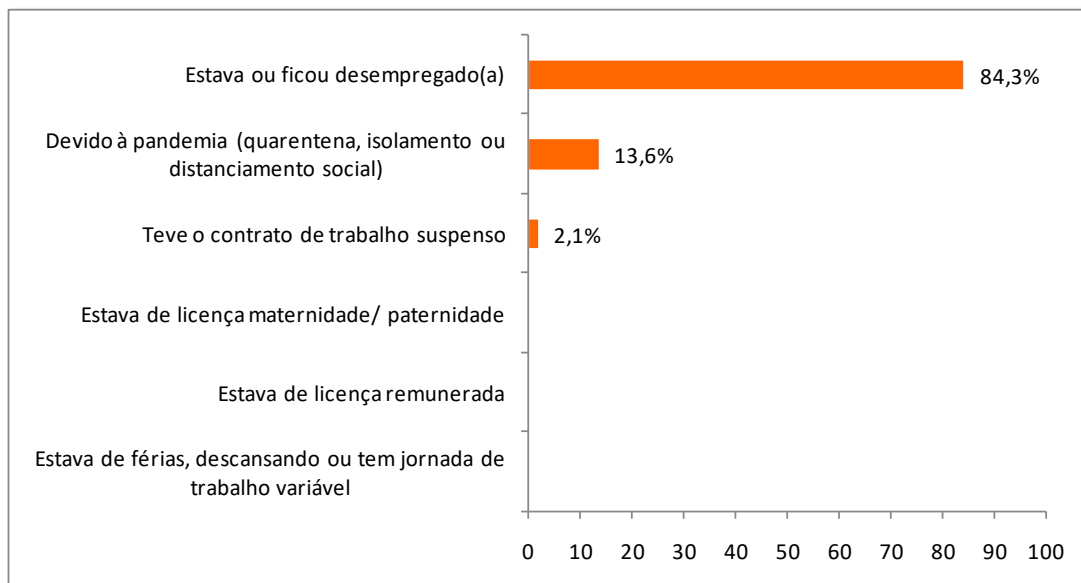
¹ Ver metodologia, em anexo.

Gráfico 1 – Trabalhadores entrevistados, segundo a realização de trabalho ou bico – rede de atendimento IDT/SINE-CE – junho/2020



Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Gráfico 2 - Trabalhadores entrevistados, segundo as motivações daqueles que não trabalharam na semana anterior - rede de atendimento IDT/SINE-CE - junho/2020



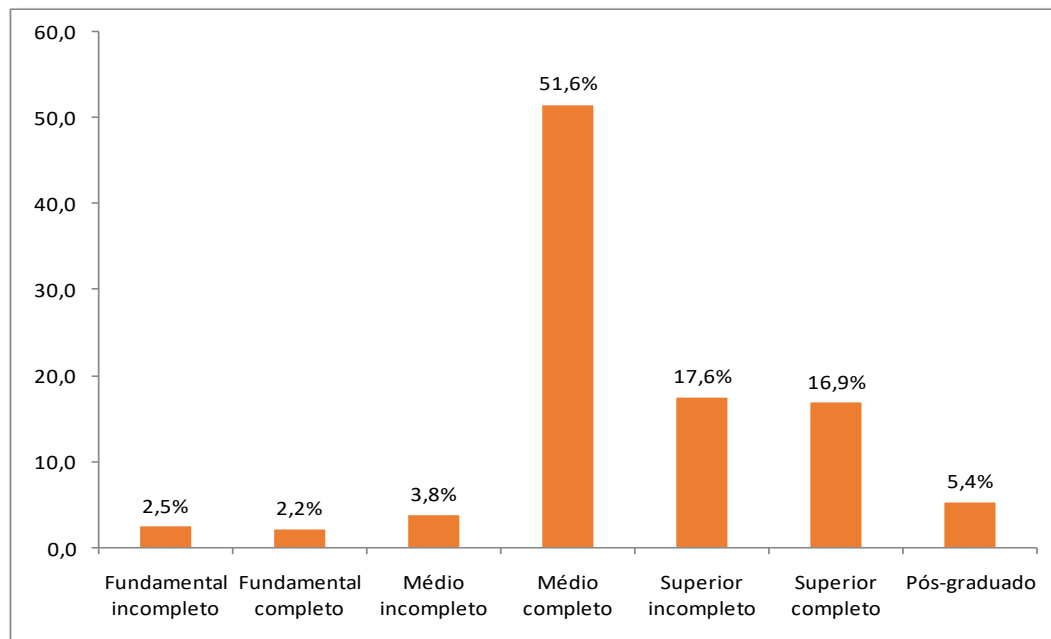
Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Tamanho impacto foi percebido entre os trabalhadores das mais diferentes características pessoais, isto é, desde os mais jovens até aqueles com mais idade, tanto entre os trabalhadores menos escolarizados quanto os com curso superior ou pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

Esse é um fato relevante, dado que a escolaridade é, muitas vezes, fator fundamental para a obtenção de uma vaga no mercado de trabalho, mercado este cada vez mais exigente e que opta, em muitas situações, por profissionais com melhor formação escolar, combinado com a qualificação profissional, situações estas muitas vezes imprescindíveis pelas empresas na tomada de decisão no momento da contratação de um trabalhador para a formação do seu quadro de pessoal.

Nessa perspectiva, a pesquisa revelou que nove em cada dez trabalhadores que recorreram aos serviços do IDT/SINE-CE e que participaram desta pesquisa tinham, pelo menos, o Ensino Médio completo (91,5%), nível de escolaridade que é bastante condizente com o perfil exigido pela maior parcela das ocupações, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Deste contingente, destaca-se que boa parcela dos trabalhadores cursava o ensino superior (17,6%) ou já eram formados (16,9%) ou, até mesmo, pós-graduados (5,4%), o que, em grande medida, contraria o estigma de que o perfil da mão de obra que recorre às agências públicas de emprego é da menos escolarizada (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Trabalhadores entrevistados, segundo a escolaridade – rede de atendimento IDT/SINE-CE – junho/2020

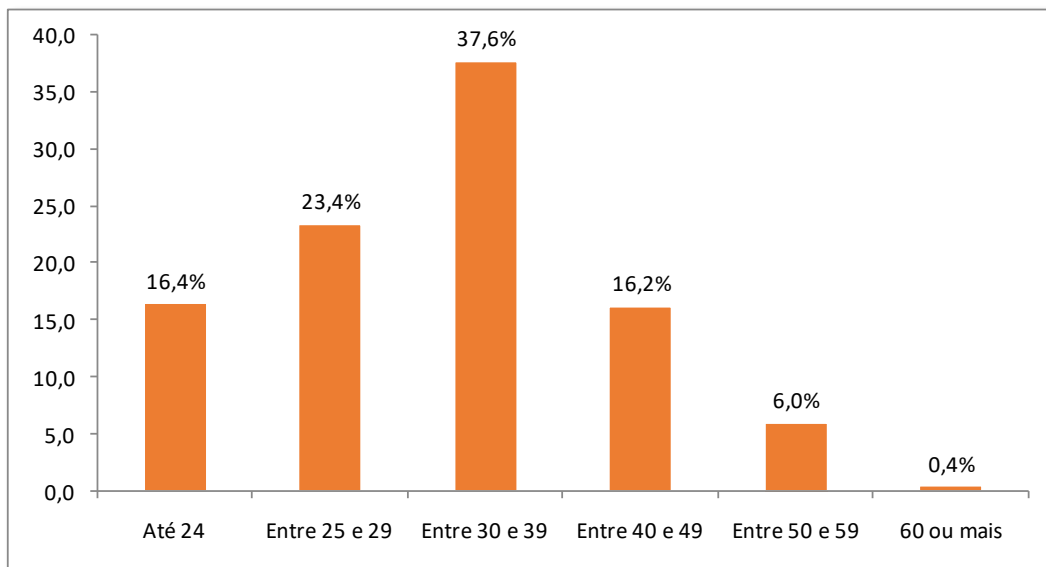


Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Aliás, esse tipo de percepção não se restringe apenas à realidade brasileira, com relação aos trabalhadores que buscam as agências do Sistema Nacional de Emprego (SINE), mas também a outros países como a França, com a Agence Nationale Pour l'Emploi (ANPE) e o Japão, com o *Public Employment Security Office* (PESO) que possuem instituições de apoio aos trabalhadores semelhantes ao SINE (GUIMARÃES, 2009).

Outra informação relevante da pesquisa é o perfil etário dos trabalhadores que recorreram – e recorrem – aos serviços do IDT/SINE-CE. A maior parcela deste segmento populacional é composta por trabalhadores adultos (60,2%), especialmente entre 30 e 39 anos de idade (37,6%), ainda que a população juvenil tenha uma representação até mais expressiva quanto esta, quando se olha o total de pessoas com, no máximo, 29 anos de idade entre os respondentes (Gráfico 4).

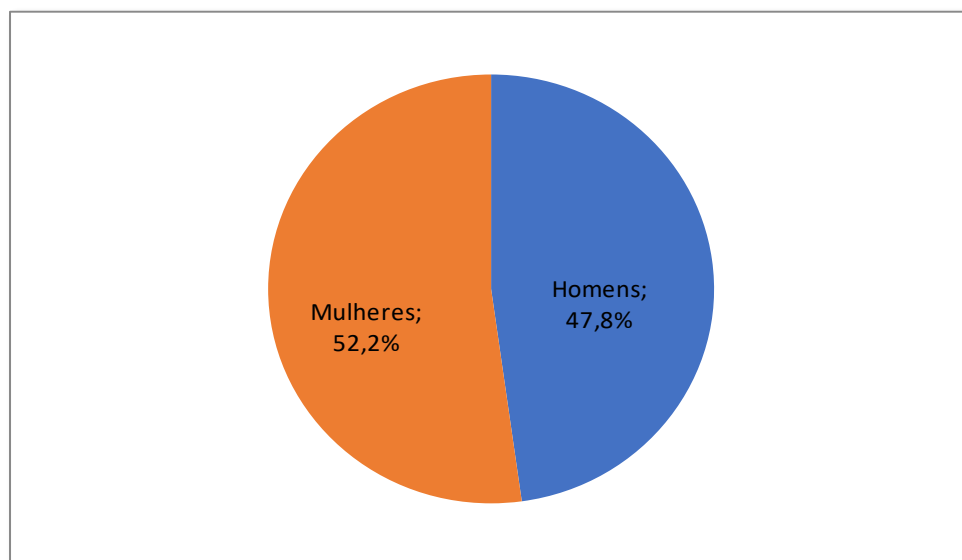
Gráfico 4 – Trabalhadores entrevistados, segundo a faixa etária – rede de atendimento IDT/SINE-CE – junho/2020



Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Já com relação ao sexo, constatou-se que mais da metade dos entrevistados era do sexo feminino (52,2%) (Gráfico 5), numa proporção que chega a ser bem mais expressiva do que a própria participação feminina no mercado de trabalho local (46,5%), segundo as informações da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios Contínua (PNADc) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), para o primeiro trimestre de 2020.

Gráfico 5 – Trabalhadores entrevistados, segundo o sexo – rede de atendimento IDT/SINE-CE – junho/2020



Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Nota-se, assim, que apesar da heterogeneidade do perfil dos trabalhadores que recorrem aos serviços do IDT/SINE-CE, há certa prevalência daqueles segmentos que historicamente possuem mais dificuldades de inserção laboral, tais como os mais jovens, os trabalhadores com mais idade e as mulheres. Tendo em vista esta percepção, a próxima seção trata do contexto do desemprego vivido por esses trabalhadores e da percepção que eles possuem com relação à perspectiva de conseguir um novo trabalho após a pandemia.

2. O DESEMPREGO E A PERSPECTIVA DE CONSEGUIR UM NOVO TRABALHO APÓS A PANDEMIA

A pandemia provocada pela COVID-19 agravou ainda mais a situação do mercado de trabalho, já impactado pelo baixo crescimento econômico dos últimos anos, levando mais pessoas ao desemprego e às condições mais precárias de inserção, alterando as relações de trabalho e criando novas modalidades diante das incertezas e da insegurança que as cercam. Diante desse amálgama de adversidades, a combinação do baixo dinamismo econômico com a crise proporcionada pela pandemia acabou por consolidar.

Isso acabou produzindo

um padrão de geração de ocupações associado à proliferação de estratégias de sobrevivência, com protagonismo dos trabalhadores por conta-própria, dos trabalhadores sem carteira assinada, dos empregadores precários. Um exército de desprotegidos produzido sob os efeitos da longa estagnação e do espírito da reforma trabalhista aprovada em 2017 (GIMENEZ; BALTAR; MANZANO, 2020, p. 1).

Diante desse entendimento e seguindo essa toada, Gimenez, Baltar e Manzano (2020, p. 5) apontam que

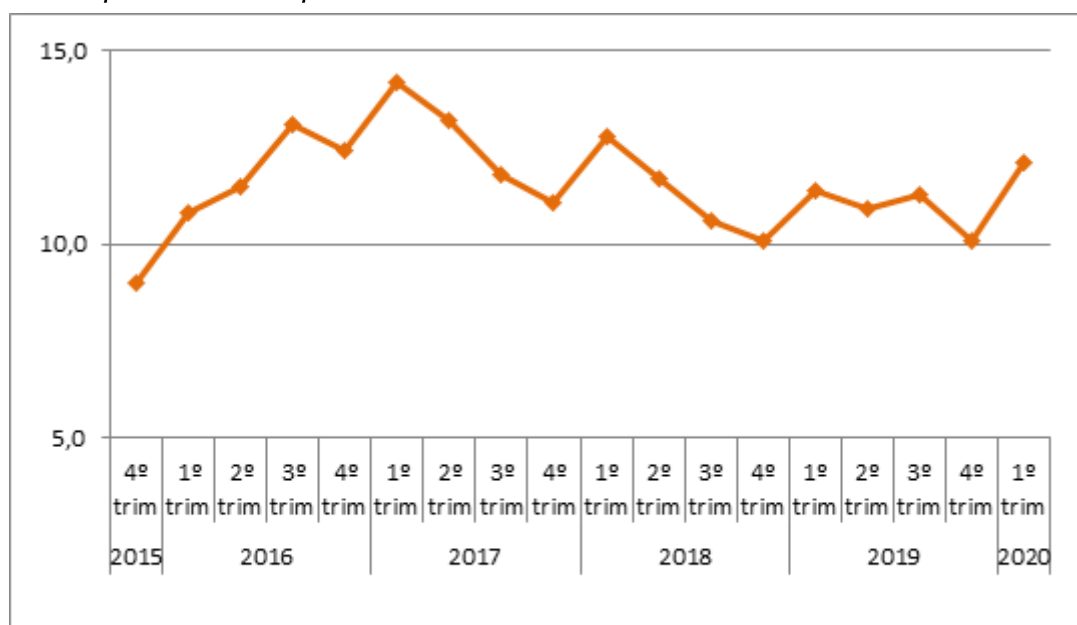
As condições destes mais atingidos pela crise, nos parece, representam o “espírito da reforma trabalhista” implementada em 2017 e o ímpeto de seus mais radicais defensores. Sem a mediação de instituições públicas, seus destinos parecem governados pelo livre jogo das forças de mercado. Sem emprego, sem renda, em moradias precárias diante dos desafios da pandemia. As necessárias medidas prudenciais de isolamento e distanciamento social parecem incompatíveis com o abandono de grande parte da população brasileira submetida à expansão do desemprego, da subocupação e da falta de renda.

Somente nos cinco primeiros meses de 2020, 37,4 mil postos de trabalho foram eliminados no estado do Ceará, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério da Economia, e 496 mil pessoas estavam desempregadas no primeiro trimestre desse mesmo ano, segundo a Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma realidade que já era bem dramática para uma parcela considerável da força de trabalho estadual antes mesmo do surto pandêmico, dado que a taxa de desemprego no Ceará está acima de dois dígitos desde o primeiro trimestre de 2016 (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Taxa de desemprego das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) - Ceará - 4º trim./2015 - 1º trim./2020



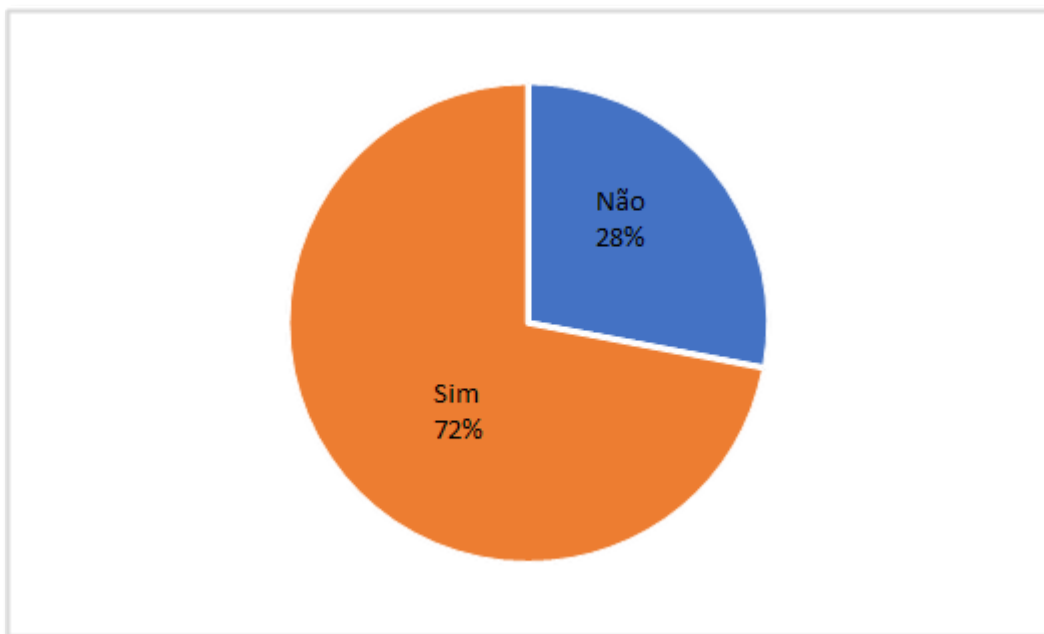
Fonte: IBGE/PNADc.

Ainda com relação aos dados do IBGE, cabe destacar que três em cada dez desempregados locais já estão há, pelo menos, um ano à procura de trabalho, segundo as informações disponíveis da PNADc para o primeiro trimestre de 2020.

E essas estatísticas são substanciais para demonstrar que o quadro de desemprego no Ceará já era bastante grave, antes mesmo da crise sanitária causada pela COVID-19. Nisso, chama atenção que 72% dos entrevistados disseram que procuraram trabalho na semana anterior ao da pesquisa, mesmo em meio às situações de isolamento social adotadas no estado (Gráfico 7). Este é, sem dúvida, um percentual bastante expressivo e que pode ser compreendido tanto pela dramaticidade de quem vive a situação de desemprego quanto

pela compreensão de que as estratégias de procura por trabalho não precisam ser necessariamente presenciais, tais como os contatos pessoais pelas redes sociais.

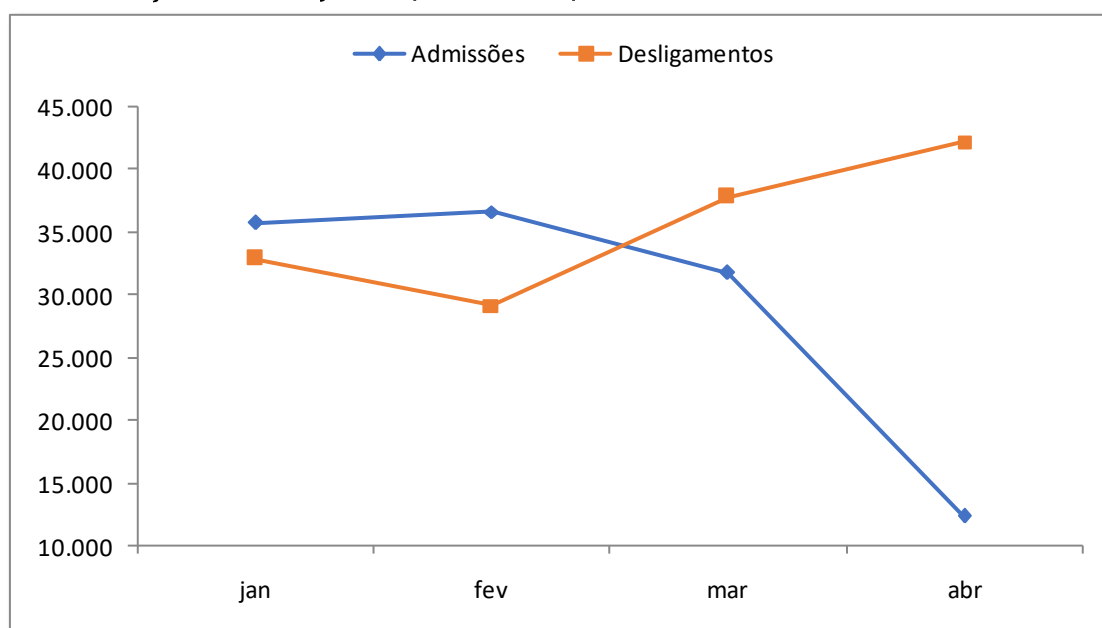
Gráfico 7 – Trabalhadores entrevistados, segundo a tomada de medidas efetivas de procura por trabalho – rede de atendimento IDT/SINE-CE – junho/2020



Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Mas, se, por um lado, as medidas de isolamento social não impossibilitaram os trabalhadores de procurarem trabalho, por outro, as chances de se conseguir um emprego caiu pela metade no mês de abril, se comparado ao volume de contratações que até então vinha ocorrendo no mercado de trabalho cearense (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Evolução das admissões e desligamentos por competência da movimentação – Ceará – janeiro/2020 – abril/2020

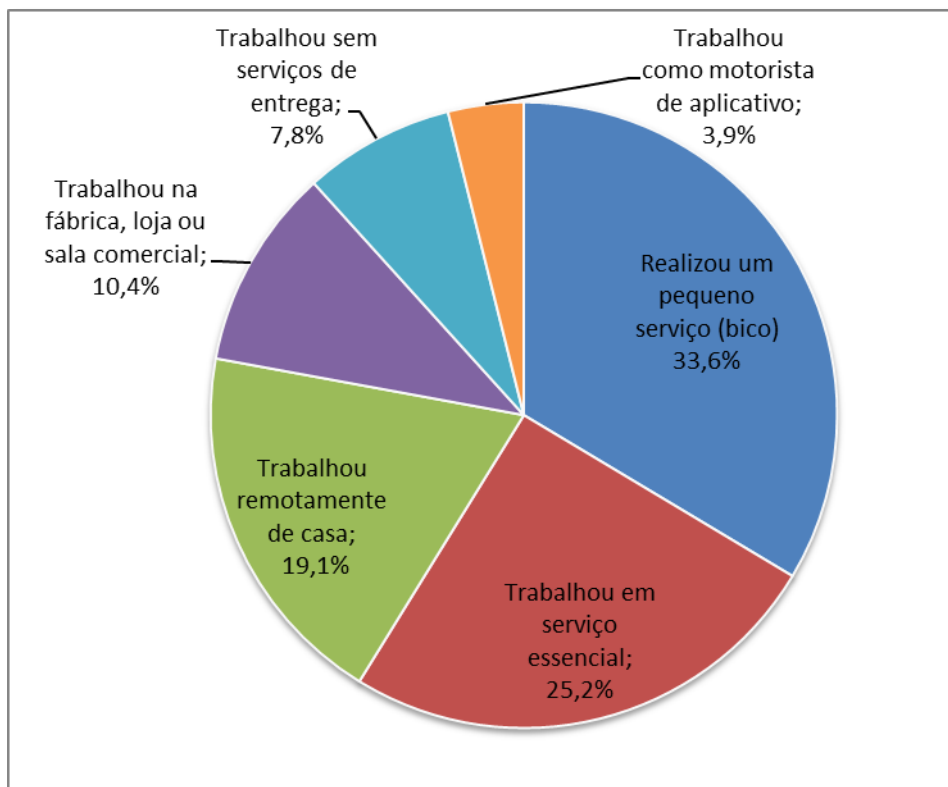


Fonte: Ministério da Economia /CAGED.

Ao mesmo tempo, o volume de demissões no mercado de trabalho cearense aumentou expressivamente nos meses de março (extinção de 37,9 mil empregos) e abril (42,3 mil) de 2020, o que, sobremaneira, dificultou a (re)colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho local.

Isso parece bem evidente quando se observa que apenas 18% dos entrevistados disseram que haviam trabalhado na semana anterior ao da pesquisa, mesmo reconhecendo as particularidades (pesquisa domiciliar e registro administrativo) e a diferença temporal das fontes de informações disponíveis. E como esse trabalho fora realizado? Um em cada três desses entrevistados - que trabalharam na semana anterior ao da pesquisa - fez algum bico, seguido daqueles que estavam engajados nas atividades ligadas aos serviços essenciais (supermercados, farmácias, postos de combustíveis, dentre outros), no teletrabalho (*home office*) ou no próprio estabelecimento (fábrica e loja, por exemplo) na medida em que alguns ramos econômicos puderam operar nesse período de quarentena, sem receber presencialmente seus clientes. Destaca-se, também, que outra parcela dos entrevistados atuou mais diretamente nos serviços de transporte, tais como motofrentistas e motoristas de aplicativos (Gráfico 9).

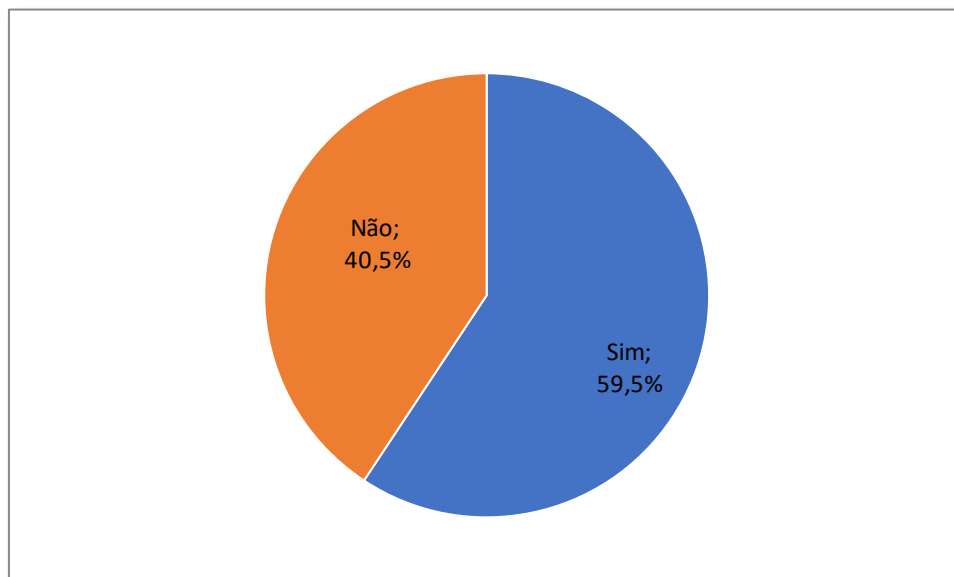
Gráfico 9 – Trabalhadores entrevistados, segundo o tipo de trabalho realizado – rede de atendimento IDT/SINE-CE - junho/2020



Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Com a exceção daqueles que trabalharam nos serviços essenciais ou nos próprios estabelecimentos (indústrias e lojas, por exemplo), a pesquisa procurou identificar se os trabalhadores já atuavam nessas atividades ou ofícios antes do(s) período(s) de isolamento social, ou não. Seis em cada dez entrevistados disseram que já trabalhavam nessas atividades anteriormente à quarentena, fato este bastante relevante na medida em que eles também procuravam - e ainda procuram - os serviços de recolocação do IDT/SINE-CE (Gráfico 10).

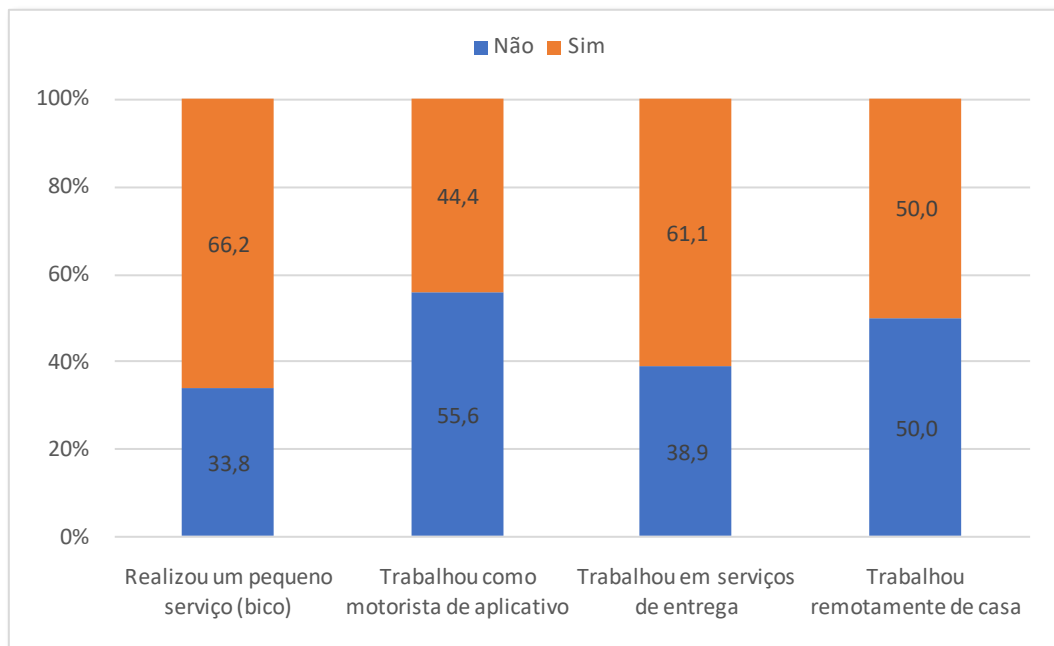
Gráfico 10 - Trabalhadores entrevistados, segundo o trabalho realizado antes do isolamento social – rede de atendimento IDT/SINE-CE - junho/2020



Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Essa realidade se demonstrou bastante latente especialmente entre aqueles que estavam fazendo “bicos” (66,2%) ou prestando serviços de entregas como motofrentistas (61,1%). Já com relação ao trabalho em casa (*home office* ou teletrabalho), verificou-se certa paridade no antes e no durante desse período de isolamento social (50,0%), enquanto o trabalho como motorista de aplicativo que se apresentou mais reduzido anteriormente à pandemia (44,4%) parece ter apresentado maior relevo com o advento das medidas de isolamento social, entre aqueles que procuraram as agências do IDT/SINE-CE, em 2020 (Gráfico 11).

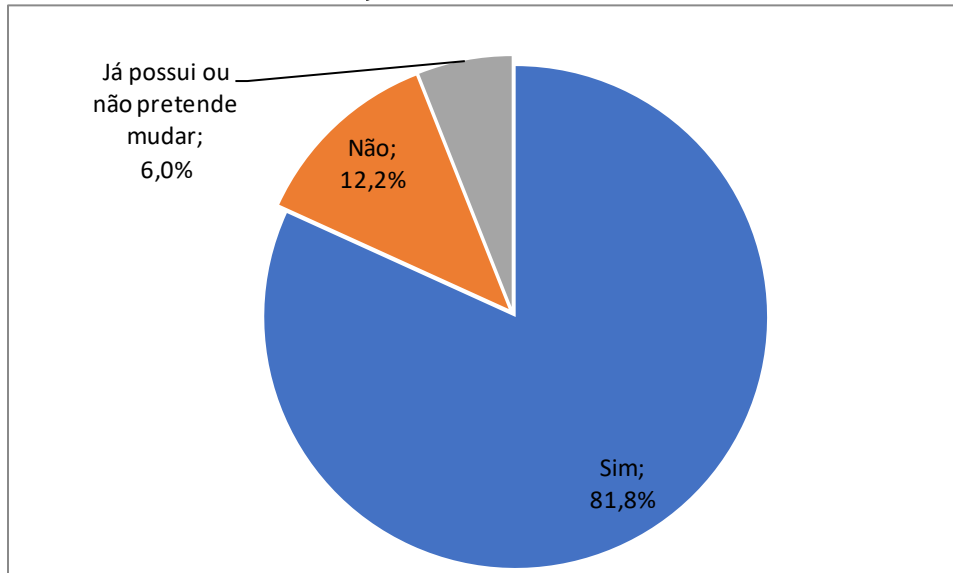
Gráfico 11 – Trabalhadores entrevistados, segundo o tipo de trabalho realizado antes do isolamento social – rede de atendimento IDT/SINE-CE - junho/2020



Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

O drama dos números e seus efeitos colaterais na vida das pessoas parece não ter abalado a esperança dos trabalhadores, dado que 81,8% dos entrevistados disseram ter alguma expectativa de obter um novo trabalho após a pandemia, afora uma pequena parcela a qual disse que já tinha um trabalho e que não pretendia mudá-lo (6,0%). Apesar dessa realidade, chama atenção que 12,2% dos respondentes estão descrentes com relação ao futuro de sua trajetória profissional após o período de isolamento social (Gráfico 12), numa proporção muito assemelhada ao contingente de trabalhadores desempregados. Diante dessa travessia tão confusa e hostil, será preciso aguardar as medidas adotadas pelos diferentes níveis de governo na economia, para saber melhor quais caminhos de possibilidades poderão ser abertos e proporcionados aos trabalhadores, transformando suas perspectivas numa realidade que esteja associada a sua (re)inserção no mercado de trabalho, afora outras dificuldades que surgiram nesse período de isolamento social, conforme se vê a seguir.

Gráfico 12 – Trabalhadores entrevistados, segundo as perspectivas de conseguir um trabalho após a pandemia da COVID-19 - rede de atendimento IDT/SINE-CE - junho/2020



Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

3. AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELAS FAMÍLIAS

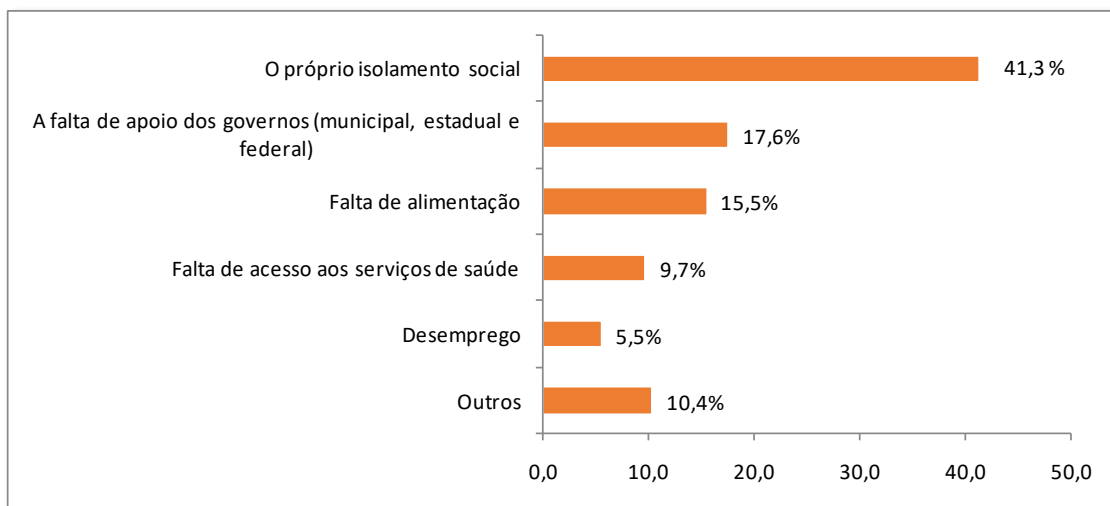
Nesse contexto de tantas adversidades, as quais afetaram ainda mais os trabalhadores e famílias mais vulneráveis, os entrevistados foram indagados sobre a maior dificuldade que eles e suas famílias estão enfrentando nessa crise econômica e sanitária causada pela COVID-19. Para 41,3% dos entrevistados, o próprio isolamento social foi apontado como maior dificuldade encontrada. O isolamento acaba tendo, no imaginário das pessoas, um sentimento híbrido, ou seja, se por um lado ele é a única e mais eficaz alternativa de evitar a proliferação do vírus e conseqüentemente arrefecer o quadro epidemiológico, por outro, ele inibe – exceto serviços essenciais – não apenas a mobilidade das pessoas, mas também o funcionamento das atividades produtivas. Neste caso específico, causa impacto ainda maior sobre as atividades da economia informal, notadamente os pequenos negócios e as atividades autônomas, dentre outras situações. De acordo com o estudo “Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida”, elaborado pelo GT – Mundos do Trabalho: Reformas, do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT),

A realização dos direitos à vida passa, necessariamente, pelo direito ao isolamento, cujas dificuldades de concretização explicitam as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira. Esse direito pressupõe garantia de manutenção dos fluxos de renda, sem os quais o isolamento se torna inviável. Sem a ação coordenada do Estado, a impossibilidade do exercício desse direito seguirá atingindo grande maioria da população, composta por trabalhadores de baixa renda e em situação de alta vulnerabilidade social (CESIT, 2020, p. 2).

Seguindo essa discussão, outro ponto abordado pela pesquisa diz respeito à falta de apoio dos governos, opção apontada por 17,6% dos entrevistados, seguida pela falta de alimentação, atribuída por 15,5% dos respondentes (Gráfico 13). Essas dificuldades guardam em si uma estreita relação, que passa necessariamente pelas políticas indutoras as quais podem e devem ser fomentadas pelos governos. Para o estudo do CESIT (2020, p. 3),

É nesse cenário que o Estado, como indutor do desenvolvimento econômico e das políticas públicas urgentes ao enfrentamento da pandemia, apareça como ator fundante. Cabe-lhe o dever/poder de financiar e coordenar esforços para manter e expandir os serviços básicos essenciais e de implementar as indispensáveis medidas emergenciais via ampliação do gasto público, sem se preocupar com as restrições fiscais. Na mesma perspectiva, deve-se rever a incidência de impostos sobre a renda e o consumo dos trabalhadores, visto que as distorções tributárias oriundas de nosso sistema altamente regressivo penalizam de forma desproporcional e injusta justamente os mais pobres.

Gráfico 13 – Empecilhos aos trabalhadores entrevistados nesse período de isolamento social - rede de atendimento IDT/SINE-CE - junho/2020



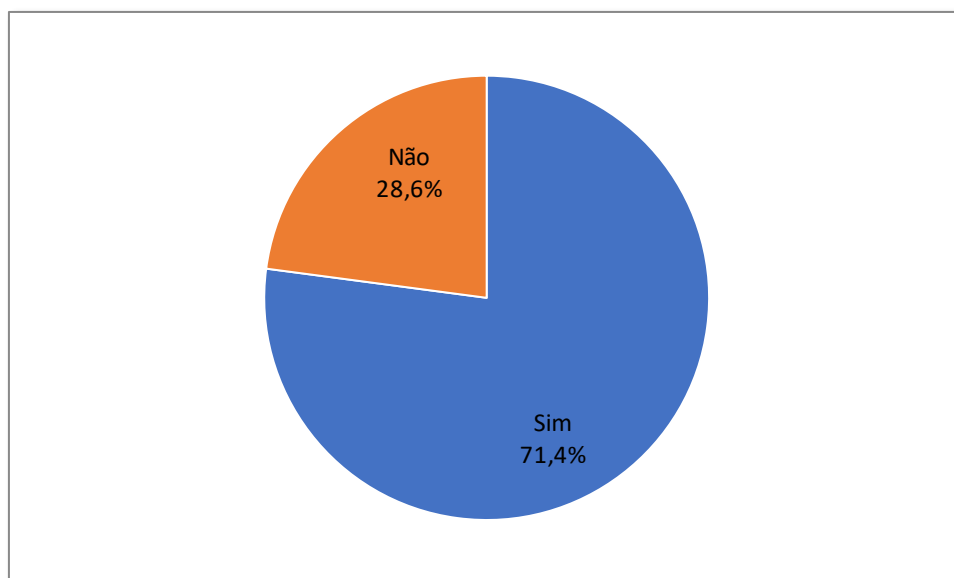
Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Face ao exposto, viabilizar o acesso da população aos projetos e programas públicos em tempos de pandemia, ameniza o sofrimento das pessoas, dando-lhes oportunidade e garantias às suas necessidades mais imediatas, como o direito à alimentação. Todavia, nem sempre o acesso a essas políticas chega de maneira mais fácil aos mais necessitados, conforme podemos observar com as diferentes realidades diárias enfrentadas por aqueles que tentaram acessar - e ainda tentam - o Auxílio Emergencial, do governo Federal. É sobre esse tema que trata a seção seguinte.

4. O ACESSO AO AUXÍLIO EMERGENCIAL

O contexto de desemprego elevado e prolongado do mercado de trabalho, como já delineado anteriormente, ajuda a compreender as diversas estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, enquanto não conseguem trabalhos mais protegidos e menos instáveis. Aliás, verificou-se que sete em cada dez entrevistados recorreram à rede de atendimento IDT/SINE-CE e fizeram cadastro no Auxílio Emergencial do governo federal (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Trabalhadores entrevistados, segundo a realização de cadastro no Auxílio Emergencial do Governo Federal – rede de atendimento IDT/SINE-CE - junho/2020

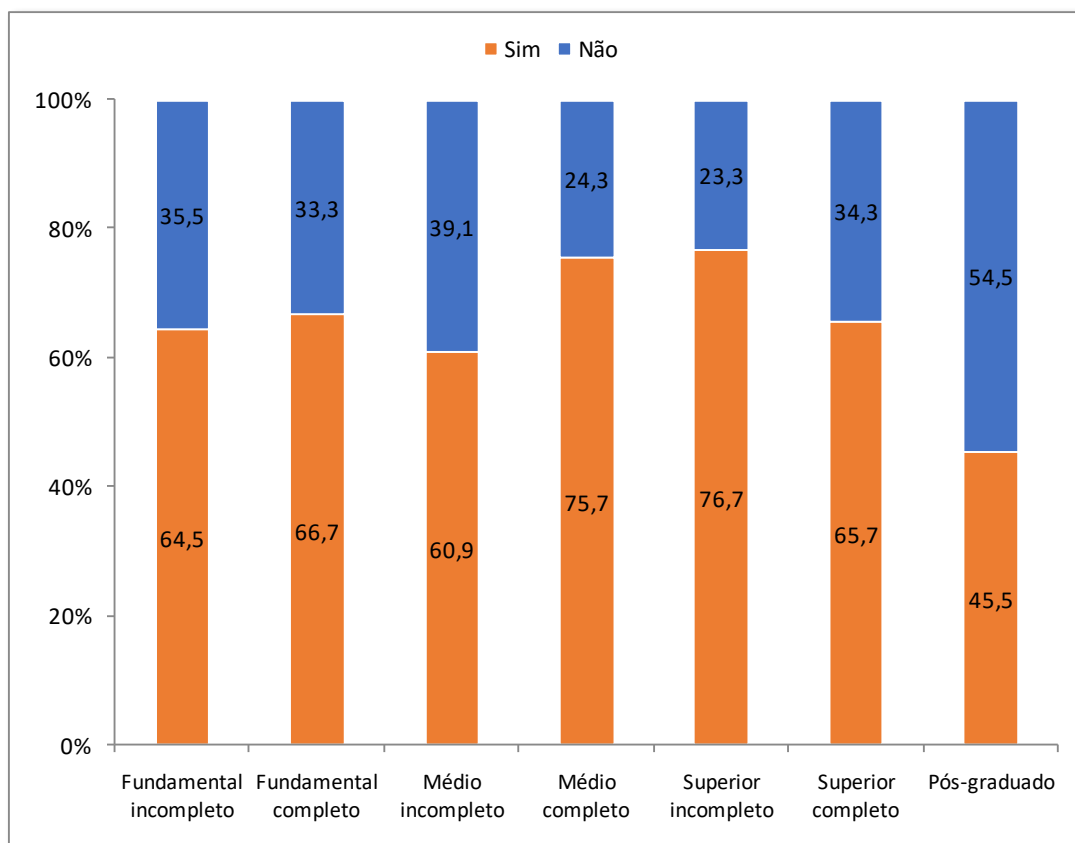


Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Analisando o nível de escolaridade com a opção de cadastramento das pessoas, verificou-se que aquelas com Ensino Médio completo (75,7%) e superior incompleto (76,7%), registraram os maiores percentuais de adesão ao benefício social, situação análoga aos que possuíam Ensino Fundamental, com percentuais oscilando entre 64,5% (Fundamental incompleto) e 66,7% (Fundamental completo) dos trabalhadores. Num patamar assemelhado estavam os trabalhadores com ensino superior (65,7%), enquanto em menor grau de adesão ao cadastro do Auxílio Emergencial estavam aqueles com pós-graduação (45,5%), cuja realidade pode estar associada à própria situação no mercado de trabalho e à

condição social e familiar dos trabalhadores que possuem cursos de especialização, mestrado e/ou doutorado (Gráfico 15).

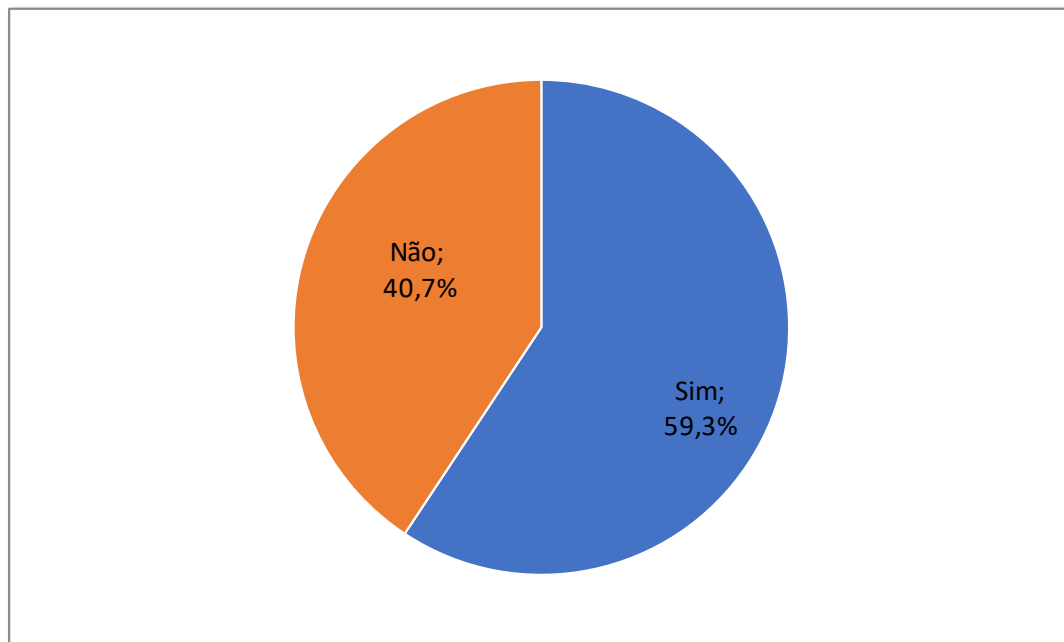
Gráfico 15 – Trabalhadores entrevistados, segundo a escolaridade e a opção de cadastramento no Auxílio Emergencial do governo federal - rede de atendimento IDT/SINE-CE – junho/2020



Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Não obstante essa realidade, a pesquisa identificou que uma parcela expressiva dos profissionais que se inscreveram no Auxílio Emergencial não havia recebido qualquer do benefício até o momento da pesquisa (40,7%). As motivações podem ter sido as mais diversas possíveis que podem ir desde a inobservância dos critérios exigidos para obtenção do benefício - trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, assim como o recebimento de outros benefícios e as faixas de rendimento individual e familiar - até as possíveis inconsistências nas bases de dados governamentais (Gráfico 16).

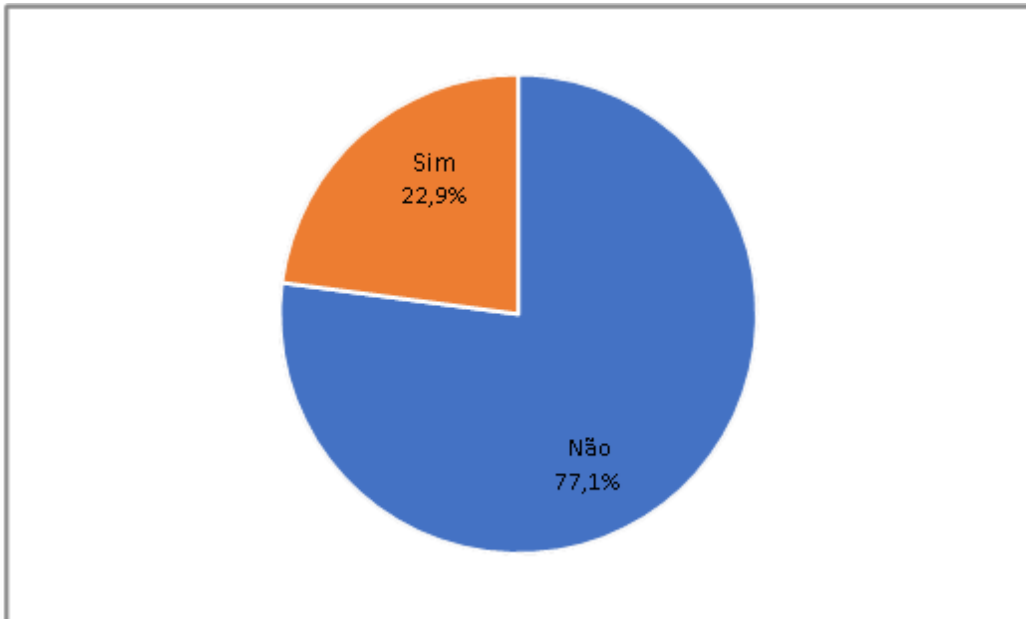
Gráfico 16 – Trabalhadores entrevistados, segundo o recebimento de alguma parcela do Auxílio Emergencial – rede de atendimento IDT/SINE-CE - junho/2020



Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

No mesmo contexto, investigou-se se os trabalhadores haviam recebido qualquer outro benefício ou ajuda financeira nesse período de isolamento social e de suspensão das atividades econômicas. Apenas uma pequena parcela dos entrevistados disse que recebeu outros benefícios (22,9%) e, em especial, o seguro-desemprego (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Trabalhadores entrevistados, segundo o recebimento de outro benefício ou ajuda nesse período de isolamento social – rede de atendimento IDT/SINE-CE - junho/2020



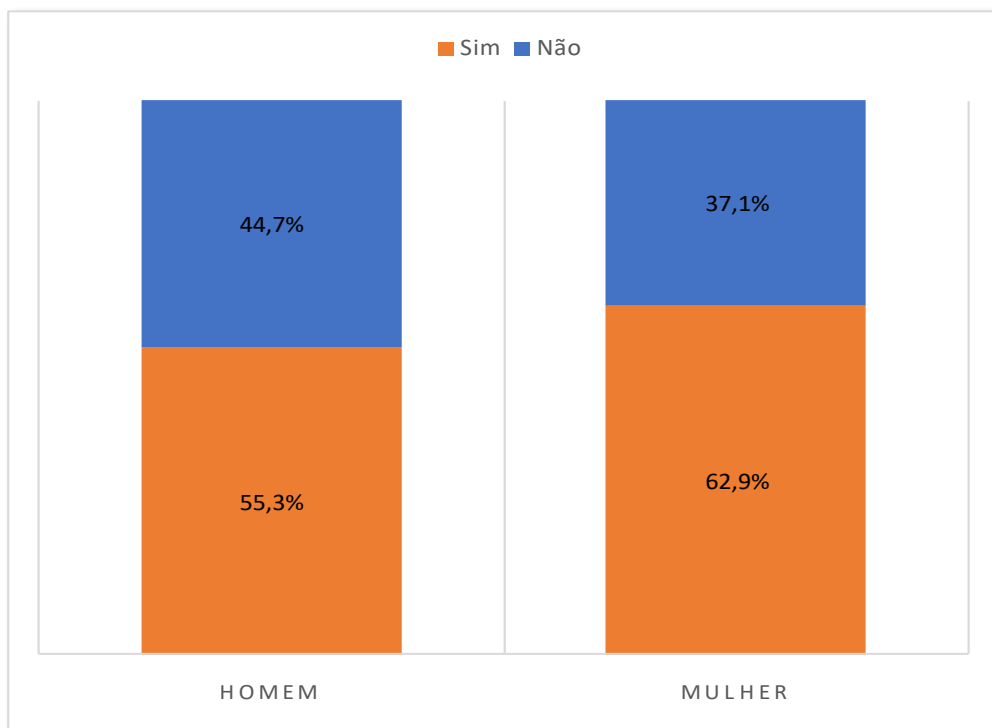
Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

Importante registrar que 13,5% dos trabalhadores que não haviam recebido o Auxílio Emergencial muito provavelmente tiveram o benefício negado porque receberam o seguro-desemprego, ainda que tenha sido a última parcela. Os dados apurados mostram que o seguro-desemprego foi o principal benefício recebido pelos trabalhadores que procuraram as agências do IDT/SINE-CE (68,7%), fato este que pode ser compreendido não apenas pelos ciclos de demissão que historicamente acontecem nos primeiros meses do ano, mas também pela própria situação de isolamento social que forçou a suspensão das mais diversas atividades econômicas e elevou os ciclos de demissão nessa primeira metade do ano de 2020.

Afora o seguro-desemprego, as principais formas de auxílio ou ajuda estavam relacionadas ao recebimento de cesta básica - ou alimentos - (18,6%), a isenção das contas de água ou luz (17,1%) e a ajuda financeira de amigos e parentes (10,6%), conforme o relato dos próprios respondentes. Aliás, cabe chamar atenção de que diante das múltiplas combinações das possíveis ajudas o somatório das respostas não totaliza em cem por cento.

Destaque-se, ainda, que as mulheres tiveram uma maior participação relativa entre aqueles que receberam algum outro auxílio ou ajuda (62,9%), se comparadas aos homens (55,3%), tal como ilustra o Gráfico 18.

Gráfico 18 – Trabalhadores entrevistados por sexo, segundo o recebimento de outros benefícios ou ajuda nesse período de isolamento social - Rede de atendimento IDT/SINE-CE – junho/2020



Fonte: Pesquisa direta – IDT/SINE-CE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as páginas anteriores, nota-se a profundidade com que a crise no mercado de trabalho cearense teve diante das medidas de isolamento social frente ao enfrentamento da COVID-19, na primeira metade do ano de 2020. A suspensão das atividades econômicas aumentou o número de demissões, ao mesmo tempo em que se reduziu drasticamente o volume de admissões frente à paralisação parcial ou total das empresas dos mais diferentes segmentos econômicos.

Apesar dessas restrições, tanto com relação às medidas de isolamento social quanto à própria dinâmica de funcionamento do mercado local, os trabalhadores não deixaram de procurar trabalho ou de se virar nas mais diferentes atividades (fazendo bicos, entregas, corridas por aplicativos, dentre outras), como forma de sobreviverem a uma das maiores crises financeiras e sanitárias dos séculos XX e XXI. Ainda que com todas as restrições, em que o próprio isolamento social se apresentou como a principal dificuldade dos entrevistados, estes se mostraram bastante confiantes quanto às possibilidades de conseguirem trabalho após a crise sanitária, ainda que uma menor parcela de entrevistados tenha se mostrado mais incrédula quanto a esse futuro, numa proporção bem compatível com a parcela de trabalhadores desempregados do estado.

Enquanto não houver uma liberação mais efetiva das atividades econômicas no estado, especialmente porque muitas regiões estão neste exato momento em regime de isolamento social rígido (*lockdown*), a notícia de prorrogação do Auxílio Emergencial pode dar um alento ao contingente de trabalhadores. Embora estes estejam envidando esforços para (re)ingressar no mercado de trabalho, as oportunidades estão bastante escassas e, naturalmente, mais concorridas, conforme apontam as diferentes fontes de informações disponíveis (pesquisas domiciliares e registros administrativos).

Tal crise já se arrastava havia algum tempo – desemprego elevado e duradouro, destruição de direitos trabalhistas, endividamento das famílias, dentre outros aspectos - e

efetivamente foi potencializada com a crise sanitária da COVID-19, que já vitimou mais cearenses do que em toda a China, para que se tenha alguma dimensão do tamanho desta crise no Ceará.

REFERÊNCIAS

CESIT. GT – Mundos do Trabalho: Reformas. Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida. **CESIT**, Campinas, 2020. Disponível em: http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/04/Versa%CC%83o.final_.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

GIMENEZ, Denis Maracci; BALTAR, Paulo Eduardo; MANZANO, Marcelo. Os efeitos iniciais da pandemia sobre o emprego no Brasil. **CESIT**, Campinas, 2020. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/os-efeitos-iniciais-da-pandemia-sobre-o-emprego-no-brasil/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

GUIMARÃES, Nadya *et al.* **Desemprego**: uma construção social: São Paulo, Paris, Tóquio. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

ANEXO

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre os dias 8 e 22 de junho de forma eletrônica, dado o cenário atual da crise sanitária do estado e as medidas de isolamento social em curso. Apesar de bastante reconhecidas as críticas e as limitações das pesquisas eletrônicas, especialmente quanto às maiores dificuldades de controle da amostra, tal como das possíveis duplicidades de respondentes e aderências de pessoas não aptas a responder à pesquisa, optou-se por essa estratégia diante da realidade de suspensão do atendimento presencial na maior parte da rede de atendimento do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT). Sobre este aspecto, cabe mencionar que foram adotadas algumas técnicas computacionais para que os possíveis vieses fossem mitigados, tal como os já mencionados. Entre as iniciativas, destacam-se a implantação de uma codificação alfanumérica (única e exclusiva) para cada formulário endereçado aos trabalhadores atendidos pela rede de atendimento através do sistema de agendamento, no ano de 2020. Foi levado em consideração um universo de 9,3 mil trabalhadores, dos quais 1,2 mil participaram da pesquisa, significando dizer que de cada oito trabalhadores dessa base cadastral, um participou da pesquisa, o que também representa uma fração de amostragem de 13,1% desse universo.



**INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO
DO TRABALHO**

Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

Av. Universidade, 2596 – Benfica – Fortaleza/Ceará

Fone: (85) 2180-6210 – www.idt.org.br